

Regulação dos *Media* em Democracia: Experiências e Modelos para o Caso Português

Media Regulation in Democratic Systems: Experiences and Models in Portugal

MARIANA LAMEIRAS & HELENA SOUSA

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

marianalameiras2@gmail.com / helenas@ics.uminho.pt

Resumo:

Este artigo visa apresentar o projecto de Doutoramento intitulado “Regulação dos media em democracia: experiências e modelos para o caso português”, que pretende investigar os mecanismos de regulação portugueses desde o 25 de Abril de 1974 com o intuito de conceber um modelo ideal de regulação do sector mediático e propor um conjunto de políticas públicas que contribuam para a sua concretização. Numa primeira fase, faremos análise documental e desconstruiremos os discursos dos media impressos nos períodos de mudança de estruturas reguladoras. A etapa seguinte é dedicada à realização de entrevistas semi-estruturadas aos principais actores envolvidos na área e à observação participante nos organismos reguladores actualmente em funções. Com base nas informações recolhidas, pretendemos desenvolver uma proposta de modelo de regulação dos media em Portugal acompanhada de políticas públicas com vista à sua implementação.

Palavras-chave:

Media; regulação; democracia; modelo(s); políticas públicas

Abstract:

The aim of this paper is to present the PhD project entitled “Media regulation in democratic systems: experiences and models in Portugal”, which aims at researching the Portuguese mechanisms of media regulation since the 25th of April of 1974 in order to develop an ideal regulation model for the media sector as well as to propose a set of public policies that might contribute to its achievement. Initially, we will be dedicated to documental analysis and to the deconstruction of printed media discourse in periods of changing regulatory structures. The next step encompasses the realization of semi-structured interviews to key actors involved in the area and participant observation in regulatory bodies currently in office. Based on the information gathered, we intend to propose an ideal model for media regulation in Portugal and to develop public policies aimed at its implementation.

Keywords:

Media regulation; democracy; model(s); public policies

1. Introdução

O projecto de Doutoramento que nos propomos apresentar neste artigo encontra, na sua génese, estreita ligação com a experiência de investigação desenvolvida no âmbito do projecto de investigação colectivo designado “A Regulação dos *Media* em Portugal: O Caso da ERC” (PTDC/CCI-COM/104634/2008), sediado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), do qual derivou também uma dissertação de Mestrado, com o título “A Entidade Reguladora para a Comunicação Social: Contributos para uma análise histórica, conceptual e performativa”. Orientado por Helena Sousa, este projecto foi desenvolvido no

quadro do curso de Doutoramento em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, e visa aprofundar uma linha de interface com o já referido projecto de investigação colectivo, na medida em que aprofunda a dimensão histórica e conceptual subjacente aos mecanismos de regulação vigentes em Portugal desde o 25 de Abril de 1974 com o objectivo de desenhar uma proposta de modelo ideal de regulação para o sector.

Intitulado “Regulação dos *media* em democracia: experiências e modelos para o caso português”, trata-se de um trabalho situado no âmbito da Regulação e das Políticas da Comunicação, cujo percurso se fará com um constante enfoque no conceito de democracia e na desconstrução dos modelos subjacentes às experiências de organismos de auto-regulação, de co-regulação e de hetero-regulação que exerceram ou exercem funções em Portugal.

A génese deste projecto está precisamente numa preocupação contextual e histórica da regulação do sector mediático no enquadramento português após a Revolução de Abril de 1974. A necessidade de recuar historicamente para compreender os motivos pelos quais hoje temos este modelo de regulação é, portanto, a principal razão para o desenvolvimento deste programa de trabalhos, cujo objectivo geral é debruçar-se sobre o legado histórico das experiências de regulação dos *media* em Portugal para melhor observar e entender o presente e, assim, desenvolver um modelo ideal de regulação do sector. Além disso, propomo-nos ainda a apresentar um conjunto de medidas, situadas ao nível das políticas públicas, de modo a que seja possível equacionar a implementação do referido modelo.

Neste artigo, procuramos enquadrar e fundamentar teoricamente a relevância da temática bem como explicitar as opções tomadas ao nível dos objectivos traçados e das opções metodológicas.

1. Definição dos objectivos e da questão de partida do projecto de Doutoramento

O processo de formulação da pergunta – ou das perguntas – de investigação não é linear e não se subsume a uma jornada de trabalho dedicada a planear o tema, o objecto de estudo e a reflectir sobre a relevância e exequibilidade do mesmo. Pelo contrário, é um processo circular que sofre diversos avanços e recuos à medida que a investigação vai avançando, uma preocupação que, como salienta Flick (2004: 61), ocorre em diferentes fases do processo, não só no princípio, mas também em momentos como o do trabalho de campo ou da recolha de dados.

Qual o modelo de regulação dos *media* adequado para Portugal? Esta pergunta é a questão de partida que nos serve de guia de orientação. Não obstante, é de realçar que se lhe

associam outras questões, adjacentes à questão de partida principal e que resumimos como se segue:

- Quais são os modelos de regulação dos *media* que têm sido adoptados em Portugal em democracia?
- Que debilidades e potencialidades encontramos nos diferentes modelos de regulação vigentes em Portugal desde 1974?
- Como é que uma reflexão sobre os organismos de regulação vigentes em Portugal desde 1974 pode contribuir para a formulação/concretização de um modelo de regulação dos *media* integrado e participativo?
- Que medidas podemos sugerir ao poder político que contribuam para a implementação do modelo proposto?

Nesta fase do percurso, decidimos não formular hipóteses de trabalho, embora seja previsível que tal aconteça num momento posterior. As hipóteses estabelecem relações entre variáveis, sendo o papel do investigador o de as confirmar ou refutar à medida que vai procedendo à recolha de dados mas, como realça Bell (1993: 40), há estudos qualitativos que acabam fazer com que a própria investigação seja estruturada pelo trabalho de campo, sendo frequente a existência de hipóteses sem formulação concreta, que são passadas para o papel posteriormente.

Interessa, no entanto, mencionar um conjunto de pressupostos sobre os quais nos alicerçamos e que estão relacionados com as leituras e reflexões feitas até ao momento. Assim sendo, partimos do pressuposto de que os *media* são um importante veículo promotor do debate público, capaz de instaurar o pluralismo e a diversidade de actores e de temas, bem como de contribuir para o desenvolvimento dos cidadãos e da sociedade em geral. Neste sentido, vemos ainda a regulação do sector mediático como um elemento que propicia melhorias nestas condições e que serve de elo mediador entre as diferentes forças intervenientes no processo. Relativamente aos mecanismos de regulação em específico, entendemos que o que Portugal tem conhecido até aos dias de hoje não tem favorecido o diálogo e a complementaridade, que julgamos úteis, entre os próprios órgãos de regulação, os *media* e os cidadãos. Talvez este seja o pressuposto que mais releva no contexto sobre o qual nos estamos a debruçar, numa tentativa de reflectir sobre as potencialidades e as debilidades daquilo que foram os diferentes mecanismos de regulação desde 1974 e também daquilo que, actualmente e desde 2005, é a hetero-regulação dos *media*, levada a cabo pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Colocamo-nos, portanto, numa posição que percebe a regulação como um processo para o qual convergem variados actores, com diferentes funções, isto é, como um “processo integrado de checks and balances” que conta com uma fragmentação do poder da parte dos diversos intervenientes

para impossibilitar que “algum deles ganhe uma proeminência excessiva na defesa parcelar dos bens que mais especificamente está vocacionado para preservar” (Fidalgo, 2009: 339).

Tal como já referimos, recorrer à história da regulação dos *media* em Portugal para melhor compreender o presente e, assim, desenvolver um modelo ideal de regulação do sector é o objectivo central deste projecto de Doutoramento. No entanto, podemos desdobrar esta formulação genérica pode ainda ser desdobrada no seguinte conjunto de objectivos específicos, aos quais procuraremos dar resposta ao longo do nosso percurso:

- a) Enumerar e descrever os diferentes mecanismos de regulação dos media em Portugal desde 1974;
- b) Analisar os textos jornalísticos dos jornais “Público” e “Jornal de Notícias” para esclarecer os temas e as vozes a que os media deram lugar nos períodos de transição de mecanismos de regulação;
- c) Examinar que percepções e entendimentos têm os principais actores envolvidos acerca do tema da regulação dos media através de entrevistas semi-estruturadas;
- d) Observar, identificar e compreender as falhas e as virtudes destes mecanismos;
- e) Analisar e desconstruir os modelos conceptuais subjacentes a cada um dos mecanismos;
- f) Compreender as razões que levaram à extinção do Conselho de Imprensa português e comparar com a existência e sucesso da homóloga Press Complaints Commission britânica;
- g) Desenvolver um modelo ideal de regulação dos media que conjugue os diversos actores intervenientes no processo regulador e que reflecta os valores e princípios de uma sociedade democrática;
- h) Propor um conjunto de medidas/políticas públicas que possam contribuir para a prossecução e concretização do modelo idealizado.

Após esta breve explicitação das grandes linhas orientadoras do projecto, debruçamo-nos sobre a fundamentação do tema da regulação dos *media*, procurando clarificar a pertinência de um trabalho desta índole e mapear alguns dos trabalhos que foram desenvolvidos na área.

2. A regulação dos meios de comunicação social – por onde caminhamos?

A regulação dos *media* é frequentemente associada a garantias de progresso social e de qualificação dos sistemas mediáticos. Como Reinard & Ortiz (2005: 603) apontam,

“académicos especializados em desenvolvimento internacional” consideram o estudo desta matéria um “indicador válido do desenvolvimento nacional”. Espera-se que os organismos reguladores contribuam nestas duas frentes mas também para o incremento das responsabilidades sociais dos *media* públicos e privados. Pensar a regulação implica pensar uma panóplia de conceitos e agentes intervenientes e requer uma abordagem holística, que inclua os mecanismos de auto-regulação, de co-regulação e de hetero-regulação, pois o seu funcionamento depende da “construção regulatória” na sua totalidade (Sousa & Fidalgo, 2011: 283). Para Julia Black (2002: 1), a regulação é algo difuso na sociedade e é redutor pensá-la como algo primordialmente ligado ao Estado. Esta visão é contrária a uma perspectiva de “command and control - CAC” (Black, 2002: 2) que vê a regulação como o “instrumento através do qual o Estado supervisiona, controla ou cerceia as actividades dos actores não-estatais em concordância com a política” (Abramson, 2001: 302).

Podemos, então, entender a regulação como um “processo integrado de checks and balances” segundo o qual se articulam diversos actores, directa ou indirectamente relacionados: “o Estado, o mercado, as empresas, os profissionais, os públicos, a sociedade no seu todo, impedindo que algum deles ganhe uma proeminência excessiva na defesa parcelar dos bens que mais especificamente está vocacionado para preservar” (Fidalgo, 2009: 339). A necessidade de regulação dos *media* pode relacionar-se com as falhas do mercado (O’Regan, 2010: 297), com a prossecução do interesse público, da diversidade de acesso e conteúdo (van Cuilenburg, 1999: 197-198) e da defesa e garantia dos direitos dos cidadãos (Silva, 2007: 15).

O conceito de *media governance* tem sido utilizado, nos últimos anos, para referir uma nova forma de ‘soft power’, em que intervêm múltiplos actores numa configuração horizontal e de complementaridade mútua, com base no argumento de insuficiência da regulação estatutária causada pelas rápidas mudanças dos *media* (Puppis, 2008) e num modelo democrático assente na sociedade (Mörth, 2006: 121) e com pressupostos de “cumprimento voluntário por parte dos principais participantes de *media*” (McQuail, 2007: 17). Pretende-se incluir gradualmente os interesses e conhecimento dos regulados neste processo, daí o incentivo aos mecanismos de auto e co-regulação (e.g. Comissão Europeia, 2001). Há estudos que procuraram compreender os vários mecanismos da regulação e as suas aplicações (e.g. Camponez, 2009; Fidalgo, 2009; Fidalgo, 2010; Carvalho, 2003), por vezes recorrendo à análise do desempenho de entidades específicas (e.g. Carvalho, 1986) e à proposta de uma alternativa de regulação sectorial que inclua a auto-regulação (Cardoso, 2008). Porém, a análise da regulação assente na percepção de diferentes mecanismos, actores e vozes intervenientes no campo dos *media* não encontra realização no contexto português. O legado histórico-cultural, as práticas reguladoras em Portugal ao longo de 37 anos e uma análise do papel do Estado nesta área permitir-nos-ão desenvolver um modelo ideal de regulação tendo por base os valores de uma sociedade democrática e propor políticas que contribuam para a sua implementação.

Este projecto de Doutoramento enquadra-se no âmbito das Ciências da Comunicação, mais propriamente na área temática das Políticas da Comunicação, e debruça-se sobre a regulação do sector mediático em contexto democrático, incluindo os diferentes mecanismos sob os quais pode ser levada a cabo. Os conceitos de “regulação” e de “democracia” são, portanto, os conceitos-chave sobre os quais nos debruçaremos, com enfoque para a auto-regulação, a co-regulação e a hetero-regulação, assim como para a reflexão do conceito de democracia.

A dimensão política que introduzimos, quer na desconstrução dos modelos conceptuais subjacentes a determinadas escolhas de organismos de regulação em diferentes momentos históricos através da análise documental quer na elaboração de um conjunto de medidas com vista à implementação do modelo proposto, tem também que ver com preocupações de relevância (e utilidade) política e social do próprio projecto que queremos desenvolver. Trata-se de procurar contribuir para melhorias na sociedade, nos sistemas mediáticos e na interacção entre estes e o poder político. Para Sorbets (1998: 180), a “primeira questão é a de verificar de que poderes necessita o actor político para fazer as coisas”, daí que tenhamos optado por envolver, ainda que de forma unidireccional, a classe política a dois níveis: o da análise e reflexão documental, do legado histórico e do debate e confronto de ideias político-partidárias antes da tomada de decisão final relativa à configuração dos organismos legalmente constituídos, mas também uma dimensão reactiva e pró-activa, que surge na sequência da análise dos dados obtidos e culmina com propostas de concretização de um modelo de regulação dos *media* que seja integrado, participativo, que se adeque aos postulados que caracterizam a democracia e que conjugue, aliando na medida do possível e até onde o diálogo e a cedência de posições o permita, as diferentes forças intervenientes no processo (poder político, *media* e cidadãos). O objectivo é procurar minimizar aquela que parece ser uma tendência, identificada pelos cientistas políticos: uma “crise de representação que corresponde a uma redução no debate político e, portanto, a uma perda de articulação, no sistema político, com as expectativas, as convicções e os valores da população quando confrontada com novos problemas” (Sorbets, 1998: 182). Por outro lado, como realça Siune (1998: 2), embora possamos levar o conceito de democracia por diferentes caminhos com vista à sua definição, há elementos constantes, que dizem respeito à “interacção entre o sistema político e os cidadãos”, tendo a participação destes um importante papel.

Pensar sobre a temática da regulação implica, para nós, pensar no conjunto de formas sob as quais pode ser exercida. Ora, tendo Portugal conhecido formas de regulação que se podem situar no domínio da auto-regulação, da co-regulação ou da hetero-regulação, são precisamente as suas experiências que nos servirão de pilar no desenrolar do nosso plano de trabalhos com vista à prossecução dos objectivos delineados. Por esta razão, dedicamos o ponto seguinte a esta temática em particular que, no entanto, não pode ser dada como terminada. Pretende-se que seja, nesta fase, uma espécie de mapeamento do campo e que,

ainda que de forma superficial e genérica, nos permita conhecer um pouco melhor a situação portuguesa na área da regulação dos *media*.

3. Os mecanismos de regulação dos media que vigoraram em Portugal desde o 25 de Abril de 1974

Um dos objectivos deste projecto de Doutoramento é definir os conceitos de auto-regulação, de co-regulação e de hetero-regulação, aliando a esta tarefa a da descrição dos diversos mecanismos que exerceram funções no âmbito da regulação do sector desde a Revolução de 1974. O trabalho de Joaquim Fidalgo (2009), publicado no livro intitulado “O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas”, apresenta valiosos contributos neste sentido, tornando-se, para nós, um excelente ponto de referência. Num ponto dedicado à auto-regulação, o autor realça as vantagens deste mecanismo, o qual, pelo menos teoricamente, melhor conjuga liberdade e responsabilidade. Seria, aliás, o melhor

modo de os directos responsáveis pela produção e difusão de informação no espaço público “escolherem livremente não ser livres” quando o exercício (legítimo) dessa liberdade pudesse afectar outros bens ou valores igualmente merecedores de atenção, se não no plano legal (defendido pelo ordenamento jurídico), ao menos no plano ético (Fidalgo, 2009: 359).

O relatório desenvolvido por Finkelstein (2012) para o Governo Australiano com vista à apresentação dos resultados sobre a situação dos *media* e a regulação do sector no país resume, de forma sistemática, algumas vantagens e pontos críticos da auto-regulação, as quais adaptamos de forma esquemática, como se segue na Tabela 1:

Vantagens da auto-regulação	Aspectos críticos da auto-regulação
O conhecimento e know-how dos próprios <i>media</i> .	Pode conduzir a conluios e comportamentos anti-competitivos.
Permite uma maior flexibilidade e adaptabilidade do estipulado às necessidades do caso concreto.	Pode resultar naquilo a que se designa de “captura reguladora – um esquema que opera nos interesses privados dos regulados em vez de no interesse público (ou pode ser visto a operar nesse sentido)” (p. 275).
Introduz uma “diminuição da carga reguladora nas entidades reguladas”, menor do que a regulação estatal (p. 275).	Os objectivos a atingir podem não ser relevantes e podem não ter financiamento adequado.
Pode levar a uma maior consciencialização, envolvimento e sentimento de pertença da parte dos regulados, culminado em níveis mais elevados de cumprimento.	Pode carecer de transparência e de mecanismos públicos de prestação de contas.
Financiamento pelos regulados ao invés do Estado.	
Permite o funcionamento do mercado “sem interferência do governo” (p. 275).	

Tabela 1 – Vantagens e aspectos críticos da auto-regulação
(Adaptado de: Finkelstein, 2012: 274-275).

A literatura portuguesa nesta área não é vasta em termos conceptuais e reflexivos nem em termos descritivos do que poderão representar estes mecanismos de regulação. No entanto, há autores que se têm debruçado sobre o conceito de auto-regulação, apontando outros caminhos e outras nomenclaturas para o fenómeno, nomeadamente “auto-regulação induzida” (Carvalho, 2009, *cit in*. Fidalgo, 2010: 45) ou “auto-regulação regulada” (Schulz & Held, 2004). Para Vital Moreira (1997: 69), a auto-regulação pode ser definida com base em três dimensões: 1) dimensão normativa, que abrange o estabelecimento de todo o tipo de códigos ou normas regulamentares com vista à definição das regras de conduta – a “auto-regulamentação”; 2) a “auto-execução”, relacionada com a possibilidade de execução das normas orientadoras previamente determinadas com base em pressupostos que radicam numa certa autonomia; e 3) a “autodisciplina”, isto é, a efectivação do cumprimento das sanções face ao incumprimento, fazendo corresponder a infracção ao reparo previsto. Do lado dos profissionais, a ideia preponderante reside na necessidade, na defesa e na extrema importância deste tipo de mecanismos, o que não coincide com a efectiva vontade de os constituir ou de tornar real o desígnio que postulam (Camponez, 2009).

Por outro lado, a hetero-regulação é usualmente associada a intervenção estatal e a uma lógica de comando e controlo e a co-regulação genericamente definida como a cooperação entre os poderes públicos e a dimensão privada.

Em Portugal, são várias as concretizações destes mecanismos de regulação do sector da comunicação social, havendo, no entanto, avanços e retrocessos que não permitiram dar continuidade a entidades promissoras, como é o caso do Conselho de Imprensa.

Conforme verificamos na Figura 1, o Conselho de Imprensa foi criado no ano de 1975 e exerceu funções até 1989, altura em que introduziu a regulação pública de todos os meios do sector mediático. À data, esta regulação era levada a cabo pela Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), o que significou uma ruptura com o passado de regulação dos organismos estatais apenas, que era exercida pelo Conselho de Informação e pelo Conselho de Comunicação Social, numa fase posterior (Silva, 2007: 15).

O já mencionado Conselho de Informação tem subjacente uma particularidade. Na verdade, foi em 1977 que foram criados, na Assembleia da República, diversos Conselhos desta índole, a saber: o Conselho de Informação para a Radiodifusão Portuguesa (RDP), o Conselho de Informação para a Radiotelevisão Portuguesa (RTP), o Conselho de Informação para a Imprensa e o Conselho de Informação para a ANOP - Agência Noticiosa Portuguesa. Com base na informação disponível no sítio electrónico do Arquivo Nacional “Torre do Tombo”¹, estes organismos tinham como objectivo assegurar a “independência, perante o Governo e a Administração Pública, dos meios de comunicação social pertencentes ao Estado ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico”.

¹ Informação disponível *online* em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3910413> (acedido em 22.05.2012).

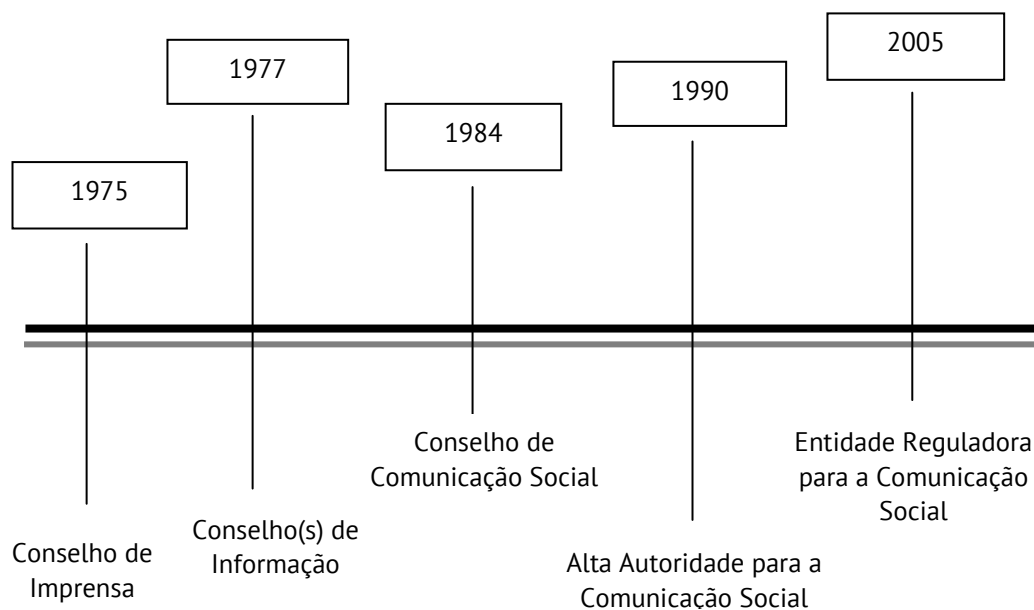


Figura 1 – Cronologia dos organismos de regulação desde 1974

O Conselho de Imprensa foi instituído pela Lei de Imprensa de 1975 e exerceu funções, de auto-regulação até ao ano de 1989. No artigo intitulado “O Regresso do Conselho de Imprensa?”, Joaquim Fidalgo (2010: 42) recua no tempo e explica, de forma clara, um pouco da génese deste organismo:

Os deputados responsáveis pela feitura da lei (em especial a “Comissão de Elaboração da Lei de Imprensa”, presidida por Sousa Franco) seguiram, assim, o exemplo de alguns países onde existia um órgão deste tipo, em especial a Áustria, a (então) República Federal da Alemanha e, sobretudo, a Grã-Bretanha, com o seu muito conhecido Press Council, hoje transformado em Press Complaints Commission (Carvalho, 1986; Mesquita, 1994) (Fidalgo, 2010: 42).

A leitura deste pequeno excerto contribui, em larga medida, para a opção que tomámos no âmbito deste projecto de Doutoramento relativamente à inclusão da entidade inglesa, a *Press Complaints Commission* (PCC) num dos objectivos específicos da investigação.

Além do legado da auto-regulação, a história portuguesa de regulação dos *media* conta também com aquela que foi exercida pela AACS no início dos anos 90 e que marcou, como já foi referido, a passagem da regulação de organismos estatais para uma regulação pública de todos os meios do sector mediático. Tal como se pode ler no sítio electrónico da já extinta entidade², a AACS foi constituída como um “órgão independente” com “autonomia administrativa” a funcionar “junto da Assembleia da República”. O exercício da hetero-regulação prosseguiu com a criação da ERC no ano de 2005 (através da Lei n.º 53/2005 de 8 de Novembro), que goza de protecção constitucional. De facto, foi com a revisão

² Informação disponível *online* em <http://www.aacs.pt/> (acedido em 20.05.2012).

constitucional de 2004 que se estabeleceu uma nova redacção para o artigo 39º da Constituição e se definiu a existência de uma nova entidade reguladora sob a forma de entidade administrativa independente. É de salientar que, uma vez que a ERC está actualmente em funções, e no seguimento do trabalho de Mestrado já desenvolvido (Sousa, 2011), será nesta entidade que faremos observação participante. Atentando à natureza do nosso objecto de estudo, pensamos ser este o método que melhor poderá captar as dinâmicas de um organismo em funções, uma preocupação que esteve sempre presente no processo de definição metodológica, como veremos de seguida.

4. Opções metodológicas

Os métodos de investigação escolhidos para a obtenção de resultados no âmbito deste projecto de Doutoramento articulam-se com os objectivos anteriormente referidos e têm como preocupação trilhar caminho em direcções distintas, mas complementares. Pretendemos fazer uma abordagem complementar ao tema da regulação dos *media* em Portugal nas diferentes vertentes que a mesma pode assumir, isto é, nos três eixos que nos propomos estudar: a auto-regulação, a co-regulação e a hetero-regulação. Como tal, a opção foi, primordialmente, pelos métodos de investigação qualitativos. Uma vez que lidamos com um tema complexo ao nível teórico e que, em termos práticos, é a análise das experiências portuguesas em matéria de regulação dos *media* ao longo de 37 anos, consideramos que uma abordagem qualitativa melhor se coaduna com o objecto de estudo. Aliás, a realização de entrevistas e de observação participante são os métodos que melhor podem captar os contributos de experiências passadas ou presentes bem como as percepções e entendimentos daqueles que, de forma mais ou menos directa, estiveram ou estão envolvidos no processo de regulação. No entanto, apesar desta opção, consideramos que há vantagens na conjugação de diferentes métodos e optamos também por fazer uma análise quantitativa, no que respeita à desconstrução de notícias publicadas nos *media* impressos, para ilustrar como os organismos de regulação em estudo foram representados pelos jornalistas. Estas são apenas três referências aos métodos de investigação seleccionados. Uma vez que é possível uma certa autonomização e tal permite estruturar melhor as opções tomadas, apresentamos cada método nas secções seguintes deste ponto do artigo.

5.1 Análise documental

A primeira fase do trabalho será dedicada à recolha bibliográfica, à recolha documental e a uma revisão de literatura sobre a regulação, sobre os diferentes mecanismos que pode assumir e sobre as entidades portuguesas especificamente consideradas.

Além disso, prosseguiremos com a recolha e selecção de material relacionado com os mecanismos de regulação em particular, isto é, os materiais produzidos pelas entidades que exerceram funções em Portugal bem como os documentos a elas relativos (de cariz legal, por exemplo). Neste contexto, o objectivo é recorrer a todo o tipo de material emanado do poder político (nomeadamente, actas de reuniões nas quais o tema da regulação seja o ângulo principal de discussão, registos audiovisuais de debates parlamentares, diplomas legais aplicáveis a cada organismo de regulação) e a documentos e relatórios desenvolvidos pelos próprios organismos de regulação. No que diz respeito à ERC, note-se que a recolha documental já teve início, sendo o objectivo o de a alargar às restantes entidades de regulação dos *media* vigentes em Portugal desde a Revolução de Abril de 1974. Tratou-se, aliás, da “colecta e organização do espólio legal e oficial relacionado com o período antecedente à criação da ERC bem como ao momento da sua constituição” (Sousa, 2011: 7).

Relativamente à recolha bibliográfica, é de salientar que o conceito de regulação é o pilar teórico fundamental, pelo que pretendemos aprofundar e reflectir sobre as referências teóricas em torno do mesmo bem como dos que dele derivam: os conceitos de auto-regulação, de co-regulação e de hetero-regulação. Os conceitos de *governance*, de *accountability* (McQuail, 2007), de interesse público e todos os princípios associados ao imperativo democrático serão também abordados e estudados no contexto da regulação do sector mediático. O próprio conceito de democracia terá de ser desconstruído e pensado à luz do tema com que lidamos. Além disso, podemos ainda referir os conceitos de participação e de cidadania como elementos que merecerão o nosso enfoque ao longo da investigação.

Este método visa, essencialmente concretizar o objectivo de enumerar e descrever os mecanismos de regulação dos *media* em vigor em Portugal desde 1974 até ao presente, de modo a que seja possível caracterizar o cenário de regulação em democracia.

5.2 Análise de notícias: os temas e os actores da regulação

A análise de notícias surge da necessidade de perspectivarmos o desempenho dos organismos de regulação no espaço público, através da visibilidade (ou invisibilidade) que a produção jornalística conferiu a determinado tema ou a determinado actor enquanto fonte de informação. Nesta fase, procuraremos desconstruir esse discurso, assentando a delimitação metodológica naquela que nos parece ser uma fase particularmente interessante, isto é, os momentos em que houve transição de um mecanismo de regulação para outro (e por transição podemos também entender fim desse mesmo mecanismo). Resumidamente, esta etapa presume que uma descrição e conhecimento exaustivos sobre os organismos de regulação já estejam concluídos e tem como objectivo central analisar as

notícias veiculadas pelos principais diários portugueses sob o prisma do conteúdo temático e dos actores, ou seja, das vozes a que os jornalistas deram lugar e voz na imprensa.

Tal como mencionámos no parágrafo anterior, saliente-se que o estudo destas notícias surge da necessidade de perscrutar o espaço público e aferir do modo como os organismos de regulação que exerceram funções no Portugal democrático foram percepcionados e ilustrados. De facto, a análise da imprensa “ilustra as opiniões de grupos ou de categorias sociais determinadas”, logo releva no contexto sobre o qual nos debruçamos e “desempenha um papel essencial na vida política e social” (Saint-Georges, 1997: 23). Daí que o enfoque seja o das publicações em períodos temporais de transição de uma entidade para a outra, ou de término de uma delas, como que numa tentativa de encontrar um balanço acerca do seu desempenho e de identificar pontos cruciais acerca do significado daquele mecanismo de regulação.

A nossa atenção recairá sobre a caracterização das fontes e actores aos quais os jornalistas recorreram no momento da produção noticiosa bem como nos temas a que, no contexto da regulação, foi dada primazia (a título de exemplo, regulação do ponto de vista da política, da economia, da educação para os *media*).

É de referir, por fim, que este tipo de análise se pode situar naquilo a que Laurence Bardin (1977: 31) designa “análise de conteúdo” enquanto “conjunto de técnicas de análise das comunicações” que encontrou a sua origem precisamente na análise do discurso jornalístico e que consiste na “manipulação de mensagens” com o objectivo de “evidenciar os indicadores que permitam inferir uma outra realidade que não a da mensagem” (Bardin, 1977: 46).

5.3 Observação participante

Em articulação com os anteriores métodos de investigação, incluímos o método de observação participante numa fase em que a recolha de informação teórica e documental deverá estar concluída. Uma vez que a ERC é a única entidade que exerce funções no presente, será aqui que levaremos a cabo a observação, não descartando, porém, a hipótese de podermos fazer o mesmo com entidades de regulação de outros sectores de actividade, se assim se revelar conveniente e imprescindível no decorrer da investigação.

É deste modo que pretendemos, então, contactar directamente com as dinâmicas da entidade reguladora, através do método de observação participante (ou, para usar a nomenclatura de alguns, de observação-participação) é a “inserção do observador no grupo observado” (Almeida & Pinto, 1995: 105) depois de definido o objecto de estudo. Quivy & Campenhoudt (1992: 197) salientam a importância deste método para os investigadores em

Ciências Sociais e definem-no como o estudo de “uma comunidade durante um longo período”, no qual se inclui participação “na vida colectiva” e estudo dos “seus modos de vida” com o mínimo de perturbação possível.

A observação no terreno é, a nosso ver, um instrumento essencial para perceber, na realidade, o que fazem e como funcionam os diferentes mecanismos de regulação actualmente em funções. Aliás, como refere De Ketele (1980: 27, *cit. in* De Ketele & Roegiers, 1993: 23), a observação consiste num “processo que inclui a atenção voluntária e a inteligência, orientado por um objectivo final ou organizador e dirigido a um objecto para recolher informações sobre ele”.

Nesta fase do trabalho de investigação, note-se que a opção foi a de proceder a um estudo aprofundado daquela que é uma entidade referência na auto-regulação dos *media*, a *Press Complaints Commission* britânica. Aliado a isso, pretendemos comparar esta entidade com o Conselho de Imprensa, para procurarmos perceber o que terá estado na base da sua extinção, a par do sucesso que ainda hoje é associado ao organismo inglês. De facto, esta comparação surge das semelhanças desta entidade com a portuguesa e das diferenças entre ambas, já que a primeira foi extinta (existiu entre 1975 e 1990) e a segunda perdura. O organismo português não terá alcançado na plenitude os objectivos a que se propôs, enquanto que o organismo britânico ainda existe e é visto como um exemplo de sucesso e terá, como já vimos, inspirado a criação de muitos dos conselhos de imprensa enquanto mecanismos de auto-regulação em diversos países.

5.4 Entrevistas semi-estruturadas

No âmbito deste trabalho, pretendemos realizar um conjunto de entrevistas a dois grupos distintos. Por um lado, serão entrevistas a ex-membros e membros em funções à data da concretização das mesmas e, por outro, entrevistas a um conjunto de pessoas seleccionadas não em “função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar” (Ruquoy, 1997: 103), daí que utilizemos a expressão “entrevistas de elite”.

Estas entrevistas serão semi-estruturadas (Quivy & Campenhoudt, 1992: 195), de modo a abordar o tema com os principais actores envolvidos no sector mediático e da regulação mediática e a perceber qual o seu entendimento de regulação, dos vários mecanismos de regulação e daquilo que consideram ser o melhor modelo na actual conjuntura portuguesa. Este tipo de entrevista consiste, como realça Chizzotti (1991: 92), no processo de recolha de “informações baseadas no discurso livre do entrevistado”, com recurso a um guião previamente elaborado pelo investigador que serve de orientação no decorrer da entrevista. Embora se refira a guiões para entrevistas autobiográficas, Digneffe (1997: 217) realça uma

das funções essenciais deste instrumento, a qual tem que ver com o seu papel em manter o entrevistador e o entrevistado centrados “sobre a problemática que é objecto da investigação”.

Para finalizar, note-se que o método de observação participante de que demos conta no anterior ponto se articula, em larga medida, com o que acabámos de descrever. Tanto a observação, como a entrevista se enquadram no domínio da designada investigação qualitativa e têm uma ligação estreita, uma vez que esta última “possui laços evidentes com outras formas de recolha de dados, nomeadamente com a observação” (Lessard-Hébert *et al.*, 2008: 160).

6. Notas finais

A investigação na área da regulação dos *media* insere-se no campo da política da comunicação e é abordada no contexto nacional, transnacional e internacional. Há vários trabalhos na área da regulação, nomeadamente relativos ao sucesso ou insucesso do desempenho entidades específicas de regulação dos *media* mas escasseiam trabalhos que percepcionem a regulação como um todo e que incluam os vários mecanismos que a mesma pode assumir, não tendo a revisão da literatura revelado nenhuma investigação que procure trilhar caminho no desenvolvimento de um modelo ideal, acompanhado do desenho de políticas públicas que possam contribuir para a sua implementação.

A tradição dos mecanismos de regulação em Portugal remonta ao período subsequente ao 25 de Abril de 1974 e abrange algumas iniciativas - umas mais duradouras e estáveis, outras mais efémeras – que se podem enquadrar na auto-regulação, na co-regulação ou na hetero-regulação.

Tendo em conta a importância da regulação dos *media* nas sociedades democráticas, o nosso propósito é estudar o tema nas diferentes formas que pode assumir – auto-regulação, co-regulação e hetero-regulação – tendo em atenção os organismos em que se concretizaram ao longo de 37 anos. Assim, pretendem-se reunir condições para elaborar uma proposta de modelo ideal de regulação em Portugal, com base nos princípios e fundamentos subjacentes à democracia. Além disso, tencionamos acompanhar esta proposta de medidas que podem ser tomadas ao nível das políticas públicas e que podem tornar possível a concretização do modelo proposto.

Ao longo deste artigo, procuramos expor o *rationale* do projecto de investigação de Doutoramento intitulado “Regulação dos *media* em democracia: experiências e modelos para o caso português” que nos propomos levar a cabo, no âmbito do Doutoramento em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho com financiamento da FCT.

O nosso trabalho será dividido em seis principais etapas. Na primeira, procederemos à recolha bibliográfica, à recolha documental e a uma revisão de literatura sobre a regulação, sobre os diferentes mecanismos que pode assumir e sobre as entidades portuguesas especificamente consideradas. Pretendemos aprofundar teoricamente o conceito de regulação (e os que dele derivam: a auto-regulação, a co-regulação e a hetero-regulação) e os fundamentos da sua legitimação para, posteriormente, entendê-los no enquadramento português. Abordaremos ainda o conceito de *governance*, de *accountability* (McQuail, 2007), de interesse público bem como os princípios associados às sociedades democráticas. A participação dos cidadãos nos processos de decisão na política dos *media*, em geral, e nas políticas de regulação, em particular, é ainda inexistente (e.g. Raboy, 2002; Hamelink & Nordenstreng, 2007; Puppis, 2008), pelo que pretendemos incluir a sociedade civil como eixo de análise no nosso trabalho. É nesta altura que procuraremos perceber que mecanismos de regulação estão e estiveram em vigor em Portugal desde 1974 até ao presente.

Numa segunda fase, recorreremos à análise em termos de conteúdo temático e de vozes a que os jornalistas deram lugar e voz na imprensa portuguesa, enquanto que o terceiro momento será dedicado à realização de entrevistas de elite. Faremos entrevistas semi-estruturadas de modo a abordar o tema com os principais actores envolvidos no sector mediático e da regulação mediática e a perceber qual o seu entendimento de regulação, dos vários mecanismos de regulação e daquilo que consideram ser o melhor modelo na actual conjuntura portuguesa.

O método de observação participante – de observação-participação que, segundo as palavras de Almeida & Pinto (1995: 105) é a “inserção do observador no grupo observado” depois de definido o objecto de estudo - será a quarta etapa. De modo a aprofundar a análise, decidimos proceder a um interregno nesta fase do percurso para introduzir a quinta fase. Nesta altura, pretendemos fazer um estudo comparativo entre o Conselho de Imprensa português e a *Press Complaints Commission* britânica, dadas as semelhanças, e também as diferenças, entre ambas. Após a interrupção para o desenvolvimento desta tarefa, retomaremos a quarta, em simultâneo, prosseguindo com a análise dos diversos mecanismos de regulação portugueses e com a desconstrução dos modelos sobre os quais assentam.

Por fim, a sexta etapa será a de maior exigência, pois pretende combinar a análise e interpretação dos dados recolhidos com o desenvolvimento de uma proposta de modelo ideal de regulação dos *media* em Portugal que conjugue os diferentes actores intervenientes neste processo e seja reflexo dos valores da sociedade democrática. A par disso, procederemos à elaboração de um conjunto de propostas em termos de políticas públicas para a implementação deste modelo idealizado.

A génese deste projecto de Doutoramento reside num gosto pessoal pela área das Políticas da Comunicação, na qual podemos enquadrar a temática da Regulação dos *Media*, desenvolvido ao longo de uma experiência no projecto intitulado “A Regulação dos *Media* em Portugal: O Caso da ERC” (PTDC/CCI-COM/104634/2008). O seu enquadramento no âmbito das Políticas Públicas, passando também um pouco pelos contributos da Ciência Política e da História sem nunca deixar de se inserir nas Políticas da Comunicação, confere a este projecto uma mais-valia mas, ao mesmo tempo, uma exigência acrescida. Trata-se de um desafio, acima de tudo, e de uma investigação que não pretende contentar-se com as amarras de um idílico mundo académico sem referente real. Como realça Peter John:

Na política democrática, uma infinidade de acções públicas afecta o que os governos fazem e uma série de entidades públicas e provadas do sector procuram moldar decisões públicas, muitas das quais passam despercebidas aos media e ao público em geral (John, 1998: 1).

O projecto de Doutoramento que apresentamos debruça-se, portanto, sobre a regulação dos meios de comunicação social analisando e reflectindo sobre as experiências passadas, observando e perscrutando o presente de modo a procurar perspectivar um modelo adequado para o caso português com base nos postulados da democracia e da participação cidadã. Este olhar para o passado tem como objectivo primordial reunir elementos para melhor pensar criticamente sobre o presente, uma vez que “quando se analisam funções específicas e se avalia o impacto dos serviços de *media*, as assunções variam dependendo dos enquadramentos teóricos e políticos” (Cardoso, 2009: 165). Pretendemos contribuir para a riqueza dos estudos da regulação dos meios de comunicação social desenvolvidos no nosso país, tendo procurado rigor e complementaridade entre os métodos de investigação, conscientes de que lidamos com uma matéria viva, que mexemos com o domínio do público e do social. Esta vida – e também vivacidade – que caracterizam o objecto da investigação podem condicionar o nosso trajecto ou fazer com que o seu rumo se vá alterando à medida que os meses ou os anos passam, fruto de várias interferências. Como salienta Bourdieu (1999: 700), os “pesquisados podem também intervir, consciente ou inconscientemente, para tentar impor sua definição da situação e fazer voltar em seu proveito uma troca da qual um dos riscos é a imagem que eles têm e querem dar e se dar deles mesmos”.

Financiamento

Este artigo foi elaborado no contexto do projecto de Doutoramento intitulado “Regulação dos *media* em democracia: experiências e modelos para o caso português” (SFRH/BD/76280/2011), co-financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Fundo Social Europeu (FSE) - Programa Operacional Potencial Humano (POPH), no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) Portugal 2007-2013.

Referências

- Abramson, B. D. (2001) 'Media Policy After Regulation?', *International Journal of Cultural Studies*, 4(3): 301-326.
- Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1995) *A Investigação nas Ciências Sociais – Estudo Elaborado no Gabinete de Investigações Sociais*, Lisboa: Editorial Presença.
- Bardin, L. (1977) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Bell, J. (1993) *Como Realizar um Projecto de Investigação – Um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*, Lisboa: Gradiva.
- Black, J. (2002) 'Critical Reflections on Regulation', London: Centre for Analysis of Risk and Regulation at the London School of Economics and Political Science.
- Bourdieu, P. (1999) (coord.) *A Miséria do Mundo*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Campones, J. C. (2009) *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo – A Auto-Regulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses (1974-2007)*, Tese de Doutoramento, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Cardoso, L. L. (2008) *Os Media em Portugal: Alternativa de Regulação Sectorial em Ambiente de Globalização e Competitividade*, Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Cardoso, L. L. (2009) 'Competitividade nos Media e Impactos na Regulação Sectorial', in Cardoso, G., Cádima, F. R. & Cardoso, L. L. (coord.) (2009) *Media, Redes e Comunicação – Futuros Presentes*, Lisboa: Obercom & Quimera Editores, pp. 155-184.
- Carvalho, A. A. (1986) *A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa*, Lisboa: Direcção Geral da Comunicação Social.
- Carvalho, A. A. (2003) *O Modelo Europeu do Serviço Público de Televisão – o Caso Português*, Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Chizzotti, A. (1991) *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, São Paulo: Editora Cortez.
- Comissão Europeia (2001) *European Governance - A White Paper*, Brussels, 25.7.2011, COM(2001) 428 final (disponível online em http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/en/com/2001/com2001_0428en01.pdf, acedido em 30.04.2012).
- De Ketele, J.-M. & Roegiers, X. (1993) *Metodologia da Recolha de Dados – Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Digneffe, F., (1997) 'Do Individual ao Social: A Abordagem Biográfica' in Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, pp. 203-245.
- Fidalgo, J. (2009) *O Lugar da Ética e da Auto-regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).
- Fidalgo, J. (2010) 'O Regresso do Conselho de Imprensa?', *Observatório (OBS*) Journal*, 4 (1): 37-72.
- Finkelstein QC, The H. R. (2012) *Report of the Independent Inquiry into the Media and Media Regulation to the Minister for Broadband, Communications and the Digital Economy of the Australian Government* (disponível online em

- http://www.dbcde.gov.au/__data/assets/pdf_file/0006/146994/Report-of-the-Independent-Inquiry-into-the-Media-and-Media-Regulation-web.pdf, acedido em 26.04.2012).
- Flick, U. (2004) *Introducción a la Investigación Cualitativa*, Madrid: Morata / Fundación Paideia Galiza.
- Hamelink, C. & Nordenstreng, K. (2007) 'Towards Democratic Media Governance', in Bens, E. (ed.) (2007) *Media Between Culture & Commerce*, Bristol: Intellect, pp. 225-240.
- John, P. (1998) *Analysing Public Policy*, Londres: Pinter.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2008) *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Lei n.º 53/2005 de 8 de Novembro de 2005 – Lei que cria a ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, extinguindo a Alta Autoridade para a Comunicação Social (disponível *online* em <http://www.erc.pt/documentos/legislacao/site/lei53.pdf>http://www.dbcde.gov.au/__data/assets/pdf_file/0006/146994/Report-of-the-Independent-Inquiry-into-the-Media-and-Media-Regulation-web.pdf, acedido em 31.08.2012).
- Lei de Imprensa de 1975 (Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro) - Alterada pelo Decreto-Lei n.º 181/76 de 9 de Março, Decreto-Lei n.º 377/88 de 24 de Outubro, Lei n.º 15/90 de 30 de Junho, Lei n.º 15/95 de 25 de Maio, Lei n.º 8/96 de 14 de Março; Revogada pela Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro (disponível *online* em <http://dre.pt/pdf1s%5C1975%5C02%5C04802%5C00030016.pdf>http://www.dbcde.gov.au/__data/assets/pdf_file/0006/146994/Report-of-the-Independent-Inquiry-into-the-Media-and-Media-Regulation-web.pdf, acedido em 31.08.2012).
- McQuail, D. (2007) 'The Current State of Media Governance in Europe' in Terzis, G. (ed.) (2007) *European Media Governance: National and Regional Dimensions*, Bristol: Intellect, pp. 17-26.
- Moreira, V. (1997) *Auto-Regulação Profissional e Administração Pública*, Coimbra: Almedina.
- Mörth, U. (2006) 'Soft Regulation and Global Democracy' in Djelic, M.-L. & Sahlin-Andersson, K. (eds.) (2006) *Transnational Governance: Institutional Dynamics of Regulation*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 119-135.
- O'Regan, P. (2010) 'Regulation, the Public Interest and the Establishment of an Accounting Supervisory Body', *Journal of Management & Governance*, 14: 297-312.
- Puppis, M. (2008) 'National Media Regulation in the Era of Free Trade: The Role of Global Media Governance', *European Journal of Communication*, 23(4): 405-424.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Raboy, M. (ed.) (2002) *Global Media Policy in the New Millennium*, Luton: University of Luton Press.
- Reinard, J. C. & Ortiz, S. (2005) 'Communication Law and Policy: The State of Research and Theory', *Journal of Communication*, 55(3): 594-631.
- Ruquoy, D. (1997) 'Situação de Entrevista e Estratégia do Entrevistador' in Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, pp. 84-117.
- Saint-Georges, P. (1997) 'Pesquisa e Crítica das Fontes de Documentação nos Domínios Económico, Social e Político' in Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, pp. 15-47.

- Schulz, W. & Held, T. (2004) *Regulated Self-Regulation: An Analysis of Case Studies from Media and Telecommunications Law*, Luton: University of Luton Press.
- Silva, A. S. (2007) 'A Hetero-regulação dos Meios de Comunicação Social', *Comunicação e Sociedade*, 11: 15-27.
- Siune, K. (1998) 'Changing Media and Changing Society' in McQuail, D. & Siune, K. (eds.) (1998) *Media Policy – Convergence, Concentration & Commerce*, Londres: Sage / EuroMedia Research Group, pp. 1-6.
- Sorbets, C. (1998) 'Debating National Policy' in McQuail, D. & Siune, K. (eds.) (1998) *Media Policy – Convergence, Concentration & Commerce*, Londres: Sage / EuroMedia Research Group, pp. 180-190.
- Sousa, H. & Fidalgo, J. (2011) 'Journalism Regulation: State Power and Professional Autonomy in Wasko, J., Murdock, G. & Sousa, H. (eds.) (2011) *The Handbook of Political Economy of Communications*, Oxford: Blackwell, pp. 283-303.
- Sousa, M. L. (2011) *A Entidade Reguladora para a Comunicação Social: Contributos Para Uma Análise Histórica, Conceptual e Performativa*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Braga: Universidade do Minho.
- Van Cuilenburg, J. (1999) 'On Competition, Access and Diversity in Media, Old and New: Some Remarks for Communications Policy in the Information Age', *New Media & Society*, 1(2): 183-207.